



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13 DE MAIO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Senhoras e senhores, em instantes iniciaremos a nossa audiência. Estamos aguardando a Sra. Elizabeth França e o Sr. Marcos, Secretário Adjunto de Estado, que também fará parte da nossa Mesa. Está presente aqui o Vereador José Police Neto, que irá presidir os trabalhos de hoje.

Peço que os interessados se inscrevam com a Assunção.

Vamos dar início à audiência. Convido, para presidir os trabalhos, o nobre Vereador José Police Neto, autor do Projeto de lei 468/2012, para quem peço uma salva de palmas. (Palmas) Convido também as Sras. Candelária; Silvia, da Secretaria de Habitação; Sueli, de Habi; e um representante da Unas, da região de Heliópolis e Ipiranga e que também está pleiteando unidades habitacionais; gostaria que um representante da UMM fizesse parte da nossa Mesa.(Palmas)

Passo a palavra ao presidente da Mesa, Vereador Police Neto.

O SR.PRESIDENTE (José Police Neto) – Em primeiro lugar, boa tarde a todos. É uma satisfação participar de uma audiência pública com as finalidades de hoje. Não é sempre que temos essa oportunidade. Então, vamos aproveitá-la.

Na qualidade de presidente circunstancial, o nosso presidente é o Vereador Andrea Matarazzo, que solicitou que conduzíssemos os trabalhos hoje, assim, neste momento, dirijo a audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Declaro aberta a 4ª audiência pública de 2013. Informo que a reunião está sendo transmitida ao vivo pelo Portal da Câmara, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link *Auditório on line*.

Esta audiência pública foi divulgada no *Diário Oficial* fazendo com que todos os cidadãos que acompanham não só pela grande mídia as duas publicações, mas também aqui, possam acompanhar a nossa audiência.

Fazendo uma breve introdução. Esta audiência pública foi demandada pela sociedade civil. Então, esta audiência pública foi uma solicitação do Movimento Sem-teto do

Ipiranga que demandou à Comissão de Política Urbana a realização desse diálogo na Casa. Não que outros não tenham ocorrido. Muitos dos movimentos populares na cidade de São – de Habitação, Educação e Saúde – têm tido nesta Casa a oportunidade de debate e diálogo. Mas, nesse caso tem um projeto de lei, foco de interesse, precaução e cautela da população que nos reúne. A ideia hoje é além de apresentar o projeto, termos a oportunidade de debatê-lo um pouco, porque foi apresentado e quais os próximos passos na Câmara e no Executivo.

Na realidade, foi este documento que deu origem à nossa audiência. Um documento protocolado na Casa que saiu do gabinete da Presidência, do Vereador José Américo, foi à presidência da Comissão de Política Urbana e se traduziu na oportunidade desse diálogo.

Antes de passar a palavra ao movimento que demandou a reunião, vou fazer um brevíssimo histórico, com quatro ou cinco slides, explicando de onde viemos e como chegamos aqui. A partir daí teremos a oportunidade de escutar os técnicos do Executivo, o movimento que demandou e diversos outros movimentos que nos acompanham e que têm a mesma responsabilidade junto aos seus associados.

- Apresentação audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Acho que não é novidade para ninguém um processo em curso na cidade de São Paulo e que tem na comunidade do Heliópolis talvez uma das suas principais forças de articulação, por conta da organização da sociedade, e por conta da aderência dessa comunidade para a construção de um novo bairro, de uma nova cidade. O que fomos buscar de origem por conta de uma demanda do MSTI era estudar como uma área próxima à comunidade poderia ser aproveitada com interesse exclusivo para empreendimentos habitacionais de interesse social.

Próximo. O processo de urbanização não é apenas edificar as unidades habitacionais, mas produzir vida digna com escola, creche para fazer com que se realize o desadensamento da comunidade. Então, parta atender a demanda de muitas unidades que

ainda não foram oferecidas para aqueles moradores que lá estão e para outros que se somam a esses, é necessário se construir algo em torno de 8 mil unidades.

Próximo. É daí que nasce o projeto, ou seja, de uma observação objetiva: para se dar qualidade àquele empreendimento habitacional que vem sendo estudado pela Secretaria Municipal de Educação; que tem suporte da Secretaria do Estado de Habitação e que tem recursos hoje trazidos também do Governo federal. Você precisa discutir novas áreas que não inovem na vida cotidiana das famílias que ali começaram a sua vida.

Por isso que o projeto se materializa num debate do que faremos com 420.103 metros quadrados que o projeto apresenta como única e exclusiva finalidade o desenvolvimento de empreendimento habitacional para a população de baixa renda. Então, é dar continuidade e utilizar uma área muito próxima.

Próximo. É dessa área que estamos falando, uma das áreas que pode produzir esse desadensamento e qualidade aos moradores.

Próximo. Apenas para entender a tramitação, o que é muito simples. O projeto foi apresentado no dia 7 de novembro. Teve sua instrução completa no dia 28 de novembro, com a aprovação nas Comissões de Constituição e Justiça, Política, Urbana, na de Administração Pública e na de Finanças. Então, foram quatro comissões se manifestaram favorável à matéria. E, foi aprovado em primeira discussão no dia 9 de abril de 2013. Quero lembrar que um pouco antes da aprovação a gente abre a coautoria.

Convido para compor a mesa o Sr. Luiz Henrique Girardi, Subprefeito do Ipiranga.

Apenas para lembrar que o projeto não é mais só de um vereador. Quando o projeto ganha a aderência que este projeto está ganhando não só por revelar os desejos de diversas organizações, especialmente da população que espera essa área para habitação, para qualidade de vida. Muitos dos vereadores da Casa compartilharam conosco a autoria. Então, hoje é um projeto de diversos vereadores e têm diversas organizações envolvidas.

Então, apenas para elucidar, trataremos hoje de um projeto de lei que está na Casa

e que permitirá que esses 421 mil metros quadrados tenham uma única aplicação: o desenvolvimento de um programa que vem sendo muito bem conduzido pela Secretaria Municipal de Habitação e que tem nele a aderência do Governo do Estado e do Governo Federal. Portanto, para todos nós passou a ser fonte de inspiração, de sonho. Hoje tentamos aproximar esse sonho da materialidade. Parece-me que todos que se reúnem aqui querem dar esse passo. Um passo que até ontem era um passo de sonho, mas que amanhã tem de ser o passo da moradia digna, da casa com qualidade, de um ambiente urbano onde todos nos orgulhemos. É assim que queremos começar a nossa audiência pública. Muito obrigado.
(Palmas)

Apenas para informar que estamos recebendo as inscrições. Primeiro vão falar os movimentos. Depois os técnicos da Secretaria falarão sobre as mudanças que esse projeto acarretará nos diplomas legais da cidade. Em seguida, pediremos ajuda ao nosso subprefeito que é engenheiro e atuou no último período na Secretaria de Habitação.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Parabéns por propiciar ao movimento luta por moradia de São Paulo, não apenas o do Ipiranga, mas os outros que lutam pela qualidade de vida dos seus filiados, dos seus militantes. Há um projeto que vem de encontro às necessidades de quem luta por moradia na cidade de São Paulo.

- Apresentação de audiovisual.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – O Movimento Sem-teto do Ipiranga em 2007 realizou uma ação de mobilização social com o intuito de denunciar a questão de não uso da área do terreno denominado “Petrobrás”. Até então todos nós conhecíamos como “terreno da Petrobrás”, mas nós batizamos de “terra prometida”. Todo mundo sabe a história da terra prometida para o povo pobre, humilde, que paga aluguel. Sabemos pelas histórias que se paga aluguel não come e se come não paga aluguel. Então, dentro disso realizamos essa ação de mobilização social não com o intuito de fazer mais uma favela; não com o intuito de entrar nas

420 mil metros quadrados para construir barracos. Entramos lá com o objetivo de abrir negociação com o Poder Público e com a Diretoria de Patrimônio da Petrobrás. Isso foi feito. Graças ao empenho de pessoas que estavam na Secretaria, e estão na Secretaria, conseguimos abrir diálogo com a Diretoria de Patrimônio da Petrobrás; conseguimos fazer três laudos de contaminação do terreno. Todos diziam que éramos loucos, que era um movimento de baderneiros; que estávamos colocando os pés numa bomba relógio porque o terreno tinha pó-da-china, substâncias tóxicas enterradas.

Provamos para a cidade e para a sociedade que o terreno não tinha nenhuma contaminação depois de três laudos. Nós encaminhamos o projeto juntamente com a Secretaria Municipal de Habitação para que ela propiciasse para o movimento a construção das unidades habitacionais.

O projeto de lei do Vereador Police Neto vem de encontro com essa necessidade, com o que o movimento estava querendo. Por quê? Porque o nosso terreno da Petrobrás é uma ZPI, uma zona predominantemente industrial, o que significa que dentro da lei não podemos usar o terreno em sua totalidade para construir cinco mil unidades habitacionais. Não poderíamos utilizar todo o coeficiente do terreno. Com isso tentamos achar um jeito para que isso fosse mudado. Sabemos que é praticamente impossível mudar uma ZEI, mudar de ZPI para ZEI, uma zona de interesse social e construir as unidades que tanto sonhamos.

Achamos uma solução com o Projeto de lei 468/2012, do Vereador Police Neto, que foi de encontro com as necessidades do movimento para que pudéssemos utilizar o terreno para construir as unidades habitacionais na sua totalidade.

Esta é a área que já conhecemos do terreno. São duas imagens. Na primeira observamos que ela vem de encontro com todas as nossas necessidades. Ela está a seis quilômetros da cidade de São Paulo. Temos na região um dos melhores hospitais da cidade, o Hospital Heliópolis. Temos infraestrutura local, metrô, terminais de ônibus, mercados. Ou seja, temos toda uma infraestrutura que justifica a compra do nosso terreno.

Como podemos ver na foto tem a delimitação do terreno da Petrobrás. A seta aponta para o terreno onde queremos construir as nossas unidades habitacionais. Embaixo podemos ver uma planta de um provável projeto que podemos implantar no terreno.

Aqui já é uma visualização de como seria o projeto habitacional. Nessa outra imagem podemos visualizar no canto direito o campo de futebol, o teatro, posto de saúde, creche e EMEI. Esse é o projeto que sonhamos para o terreno da Petrobrás.

Esse estudo de viabilidade foi pedido pela Companhia Metropolitana da cidade de São Paulo no dia 24 de setembro de 2010. Ele foi feito pela Piratininga Arquitetos Associados. Trabalhamos junto para fazer esse projeto e apresentar para a Prefeitura. Então, esse é o projeto que sonhamos para o terreno para que possamos atender as famílias dos movimentos de luta da região.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Temos seis inscrições. Vou pedir para que as técnicas da Secretaria Municipal de Habitação nos auxiliem no reconhecimento da área, na identificação de suas potencialidades para depois iniciarmos o debate. Assim, o nosso Prefeito também terá a oportunidade de trazer a sua contribuição.

Tem a palavra a Sra. Sueli.

A SRA. SUELI – A área da Petrobrás posso dizer que é o sonho de consumo de qualquer técnico que trabalha com habitação na região do Ipiranga. Preciso lembrar que no Ipiranga não temos só Heliópolis. Temos tantas outras comunidades que precisam também dessa área para solucionar o seu problema de risco. Por isso que falo que a área da Petrobras é o sonho de qualquer profissional que trabalhe com habitação. Posso dizer que é o meu, que trabalho com habitação há 32 anos, e conheço muito bem Heliópolis, assim como conheço muito bem outras tantas comunidades.

É verdade que o MSTI comprou uma briga, no bom sentido, com a Petrobras, ano passado, ano retrasado e no outro ano. E na época era o Cedeca a Casa 10 que estava junto,

justamente buscando essa área como grande pulmão de Heliópolis. Em Heliópolis, apesar de todo investimento da Secretaria e da Prefeitura, da década de 80 para cá, ainda temos muito a investir. Por isso, o Plano Municipal de Habitação, que, infelizmente, não foi aprovado em segunda votação na Casa, e é um instrumento de planejamento nosso de trabalho, pois coloca intervenção em Heliópolis até o último quadriênio, que fecharíamos em 2024. Diante de tantas situações complicadas e particulares que cada gleba em Heliópolis tem...

Um outro problema que temos em Heliópolis, e a área da Petrobras vem no caminho de nos ajudar, é o adensamento. Heliópolis vem passando, nos últimos dois anos, por um adensamento que já está fugindo ao controle.

E aproveito este momento nesta Casa para colocar uma preocupação de todos os meus técnicos, e digo “meus técnicos” porque hoje respondo pela direção de Habi-Sudeste: vemos em área onde já intervirmos o terceiro, o quarto, o quinto pavimento, e as pessoas sem muita preocupação sobre quanto elas estão retirando da qualidade de vida de seus vizinhos.

Então, se não dermos um breque nisso, e depende também da consciência de quem mora na comunidade, não há investimento público que resolva, porque terminamos uma gleba e anos depois temos de voltar lá para resolver de novo o adensamento que Heliópolis vem sofrendo. Preciso frisar isso, porque tenho conversado com muitas lideranças de Heliópolis que também têm a mesma preocupação. Só iremos resolver isso totalmente quando tivermos a famosa regularização fundiária. Quanto a isso, preciso esclarecer que não é a concessão de direito real de uso. Heliópolis é área particular, pertence à Cohab, e precisa ser comercializada. Com relação à concessão real de direito de uso – desculpe, Candelária, estou entrando na sua área -, e posso falar neste momento porque ouço muito das liderança que não fazemos isso porque não queremos, mas não é o que ocorre. O objetivo nosso é começar e terminar um trabalho, e ele se conclui com a regularização fundiária. Só que não posso aplicar uma concessão de direito real de uso em uma área particular. Eu preciso vender essa área, comercializar essa área. Nós já tentamos comercializar na gleba K 1048 lotes que estão

regularizados com matrícula aberta, e não conseguimos avançar. Tomara Deus que agora, nessa retomada, nós consigamos avançar e fechar pelo menos esses primeiros 1048.

Resumindo, a área da Petrobras é importante para o Ipiranga, não apenas para Heliópolis, que também precisa enxergar o restante do bairro. E temos hoje, em Heliópolis, situação de risco, sim, mas talvez não na mesma gravidade que temos, mapeadas pelo IPT, e aí sim talvez o Subprefeito possa informar melhor que eu, na região do Ipiranga, e não temos área para desapropriar, comprar. Ipiranga passa por uma super, hipervalorização. O metro quadrado, nos últimos doze meses, em alguns locais, aumentou 100%. A região, em especial de Heliópolis, recebeu, nos últimos três, quatro anos, duas estações de metrô, o que chamo de fura-fila, mas não é esse o termo, o terminal, e tantas outras infraestruturas, como o hospital de oncologia. Quer dizer, aquilo encareceu de uma forma que hoje quem mora em Heliópolis está sendo expulso de lá, porque não consegue mais pagar aluguel.

Outra aberração da natureza: como posso cobrar aluguel de alguma coisa se o terreno não é meu? É outra questão que trago a esta Casa. Em Heliópolis, e afirmo isso com tranquilidade, 25% pagam aluguel. E paga para quem não é dono, porque não é dono da terra.

Temos hoje um valor de aluguel em Heliópolis que passa de 700,00 mês. Que família pode pagar isso? E com a infraestrutura, com todo o investimento da cidade, da Prefeitura no bairro, o aluguel só aumenta, e a população está sendo expulsa de lá. E sabem o que vai acontecer em um projeto habitacional? Se não tomarmos cuidado, e isso já aconteceu historicamente, aquela família que paga aluguel, que precisa, será expulsa pelo proprietário da casa, que colocará o filho, a mãe, o tio, a tia, ou trará alguém de outro lugar para ir para lá e depois, quando for para o apartamento - infelizmente, não conseguimos fiscalizar totalmente, 100% - alugar ou vender.

Costumo dizer que Heliópolis é uma terra sem lei. E não tenho vergonha nenhuma de dizer isso. Aliás, não é uma questão de vergonha, mas de coragem, de estar trabalhando lá dentro, de estar vendo isso e brigando, muitas vezes sozinha, contra isso.

Então, estou aproveitando, Vereador Police Neto, para pedir o apoio desta Casa, porque eu me aposento ano que vem. Eu trabalhei 32, 33 anos para municipalidade com habitação. Eu não vou conseguir ver meu sonho concluído, o de poder ver as famílias que precisam morar em Heliópolis morarem lá. E quem explora Heliópolis estar fora de lá.

Porque Heliópolis é explorado, o povo é explorado em Heliópolis.

Espero que possa ter ajudado e estou à disposição para qualquer pergunta.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço a contribuição da Sueli, e reconheço não só o esforço dela, mas da equipe, toda a cobertura que os movimentos sociais também dão para esse técnicos que vão a campo enfrentar essa dura realidade. Tem muita gente brigando, mas sabemos que existem interesses divergentes e é por isso que estamos aqui. Quem não está interessado em fazer isso pela população de lá não está aqui, está escondido em algum canto para ter a retenção especulativa de ares que estão lá, comercializando áreas absolutamente à margem da nossa capacidade de reconhecimento, então, muito do que vamos fazer, depende de um olhar atento das organizações que estão lá e da população que está lá. São poucas as regiões em São Paulo que têm movimentos tão organizados como Heliópolis.

Se sabemos que lá é uma terra com baixa aderência às leis, sabemos que outras regiões olham para Heliópolis como modelo pelos avanços consistentes que tivemos até aqui. Para vermos o quanto já foi possível avançar e quanto o esforço dos técnicos de fato vem sendo concretizado num espaço urbano diferente. Se não fosse isso, não estariam tantos movimentos e tantas pessoas aqui. É porque acreditam nos técnicos e na força popular que lá está sendo mobilizada.

Tem a palavra o Sr. Luiz Henrique Girardi.

O SR. LUIZ HENRIQUE GIRARDI – Após o desabafo da Sueli e o que já foi dito pelos colegas e pelo Maksuel, não sobra muito. Mas, quero enaltecer outro lado e outra

questão relativa a tudo isso. Vim da Secretaria de Habitação e esse sonho é meu enquanto técnico e como servidor e agente público ficamos todos à mercê de regras, das leis, ou seja, esse sonho e essa vontade que é do movimento para poder ser concretizado precisam ter um mecanismo legal.

Esse momento que estamos vivendo vem muito a calhar que é a revisão do Plano Diretor. Isso que estamos verificando aqui é muito interessante porque mostra como o Poder Legislativo e técnicos da Prefeitura – e aqui estamos falando de uma condição que extrapola qualquer situação partidária - enfim, todo mundo imbuído do mesmo objetivo, que é de concretizar talvez aquilo que não é apenas um sonho, mas uma necessidade para a Cidade. Estamos falando da mudança de uma lei e passamos por um período de dez anos que o Plano Diretor está em vigor com uma série de leis que envolvem isso.

Só para lembrar, em 2007, na revisão, fui portador, signatário dessa proposta para transformar essa área em uma ZEIS. Desde aquela época e sempre, briga-se para se tentar mudar essa condição. Enfim, não houve a revisão, e hoje estamos passando por um novo momento do Plano Diretor. Do que estamos falando basicamente? Temos uma área de loteamento cujo zoneamento é a Cidade que faz, e, por algum motivo, aquilo foi bom e adequado por determinado período de tempo. Hoje talvez não seja mais.

Passamos os últimos oito anos brigando por uma coisa que, antes de qualquer coisa, é material, pois se trata de aquisição, desapropriação da terra. Mas, podendo-se usar a terra, não podemos usar o que imaginamos, pois hoje existe um coeficiente de construção. Vale hoje o coeficiente básico nessa zona. É diretamente disso que estamos falando. Para alterarmos isso, precisamos esperar a revisão do Plano Diretor. Então, nada mais justo que isso não vire uma colcha de retalhos. Estamos falando de um plano que é a lei mais importante para a Cidade, a partir da qual todas as administrações deverão ser orientadas, independente de quem passe pela Cidade, pois essa é a vontade do povo por meio do grande plano para dez anos.

Deveríamos ter mecanismos que nos permitissem fazer ajustes – talvez audiências públicas, talvez plebiscitos. Não sei, não tenho condição técnica para avaliar isso. Essas questões têm tamanha significância para a Cidade. Mas, se ao final ficarmos à mercê de regras, é simplesmente porque se trata de uma regra que está estabelecida. Do mesmo jeito que nós, através da eleição dos membros da Câmara dos Vereadores, fizemos uma lei, podemos mudá-la. Precisamos ter um pouco dessa consciência. E isso é muito mais importante do que qualquer briga, porque não precisa haver conflito. Todos nós, desde que estejamos com o mesmo objetivo, poderemos brigar em prol dessa causa.

Quero enaltecer a importância deste momento. Independentemente do que acontece com o Plano Diretor, essa proposta não é para subjugar a lei, mas, antes de qualquer coisa, para enaltecer o valor e a importância de todo e qualquer cidadão, que, por meio de seus representantes, pode mudar a lei. Isso envolve a participação de técnicos e de quem vive no local e abarca uma série de questões, como a da cidadania. Falamos muito aqui sobre cidadania e moradia digna. Como alcançamos isso?

Era isso o que eu queria deixar como contribuição, além do que já foi dito. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço muito. Uma peça do Direito que não produz justiça não é uma boa lei. Se conseguimos reconhecer que a lei vem para fazer a cidade ser justa e se reconhecemos um espaço urbano em que essa justiça pode ser construída e convirja com os interesses de todos – Governos federal, estadual e municipal, movimentos que se organizam na luta por moradia digna, por espaço urbano de qualidade -, é a partir dessas convergências que qualquer lei deve ser avaliada e alterada. Lembro que podemos, sim, ter adversários que digam o seguinte: “Quero manter ali um zoneamento restritivo por tais e tais questões”. O que importa para nós é abrir o debate da forma mais ampla possível para que o interesse público seja revelado. Assim, o risco de errarmos vai-se dissipando. Penso que essa talvez seja uma das questões muito bem abordadas pelo nosso

Subprefeito.

Chamo para compor a Mesa o Sr. Marcos Penido, representante do Estado. (Palmas) Chamo também uma pessoa sem a qual eu nunca teria apresentado esse projeto. Na nossa vida, ou a gente é justo com as coisas e com as pessoas, ou, com certeza, alguém nos julgará como injusto. Chamo para compor a amiga arquiteta, urbanista, desenvolvedora de cidades Elisabete França. (Palmas) Não fossem os seus ensinamentos nos mais de 30 anos em que você atua em habitação, eu talvez não tivesse tido condição de apresentar esse projeto e talvez esta audiência pública nunca acontecesse.

Passo a palavra para a Candelária Reyes, de Sehab.

A SRA. CANDELÁRIA REYES – Boa noite a todos. A iniciativa do projeto é realmente grandiosa. Essa área de Heliópolis é hoje uma ZPI, mas sua vocação é habitação, sem dúvida alguma. Se não fosse esse projeto – que já foi aprovado em primeira votação e, portanto, passou pelas diversas Comissões que acabamos de ver -, não teria sentido a gente questionar algo sobre ele. O projeto é extremamente válido. Como o Luís estava comentando, o potencial dessa área hoje é fruto do coeficiente 1. Não sei se todo mundo entende o que estamos dizendo, mas significa que posso construir uma vez a metragem do terreno, com os descontos requeridos pelo Código de Obras *etc.* Para construirmos habitação e chegarmos a um número razoável de unidades habitacionais – que hoje, pelos estudos que o Maksuel apresentou, a gente consegue em torno de 5 mil unidades -, precisaríamos ampliar esse coeficiente, e é isso o que esse projeto propõe.

Na verdade, sem esse projeto de lei não conseguiremos hoje viabilizar esse número de unidades habitacionais naquela região. Digo isso até para a Sueli ficar um pouco mais calma, porque, na verdade, trata-se do desabafo de quem trabalha com amor. Se não fosse esse amor dos técnicos da Secretaria de Habitação, Heliópolis não seria o que é hoje. Desde 1980, tudo o que foi feito em Heliópolis, seus acertos e até erros, foi certamente feito com muito amor pelos técnicos. Esse desabafo da Sueli só é um desabafo porque, no trabalho

feito lá, realmente sabemos que deram o sangue para realizá-lo.

A questão posta pela Sueli, de que deveríamos também verificar as outras áreas do Ipiranga, está contemplada na lei. No artigo 2º existe a viabilidade de abriremos um número de unidades para atender as outras áreas do Ipiranga. Isso é realmente importante, pois temos situações muito críticas na região, e essas são áreas que precisam de um “pulmão” também. As pessoas que estão sendo removidas por conta do risco precisam habitar algum lugar, e essa área da Petrobrás seria importante para acomodar as famílias, pois sabemos que a situação de terras em São Paulo hoje é precária, não temos grande estoque de áreas para atender as pessoas que precisam.

A única ressalva que faço é que talvez pudéssemos melhorar um pouco a redação do artigo 2º, se fosse o caso, pois há um erro material no texto quando é citado Distrito do Ipiranga, quando, na verdade, deveria constar Subprefeitura do Ipiranga. Se fosse o caso, poderíamos passar a vocês, depois, essa proposta de uma nova redação para corrigirmos isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É absolutamente importante recebermos não só as contribuições técnicas, que aprimoram o que começamos, como também receber outras que ainda virão. Sobre o desabafo da Sueli, quero dizer a ela que a Câmara Municipal há não mais de três semanas – depois confirmado pelo Sr. Prefeito - debruçou-se sobre o processo de regularização fundiária, esforçando-se por trazer ao ambiente público municipal as alterações das leis federais. Há um esforço, sim, em buscar, através da função social da propriedade – também lei de autoria de nosso mandato -, um conjunto de áreas que ainda estão na mão da especulação.

Então, há um foco muito grande na questão de acesso à Cidade, direito que durante muito tempo ficou restrito a uma parcela pequena daqueles que moram em São Paulo, em detrimento de grande parte da população. Penso que o principal elemento é o que estamos conseguindo materializar hoje: juntar todo mundo e apontar esses espaços. Por isso, fiz questão de anunciar a Bete e pedir a ela que dividisse conosco este momento, porque se trata

também de um aprendizado para o Parlamento: receber orientação técnica sem imaginar que o técnico é um adversário do político. Durante muito tempo, o técnico foi o senhor do “não”. A gente amadurece, e esse amadurecimento nos permite encontrar diversas convergências, muitas pessoas falando no mesmo sentido.

Agora é usar os mecanismos de catalisação para o possível ser realizado. Tempos atrás, ambientes como este não seriam possíveis.

Por favor, suas conclusões.

A SRA. CANDELÁRIA REYES – Esse terreno é extremamente importante inclusive pela questão da regularização fundiária, como a Sueli explanou. Não conseguiremos fazer a regularização fundiária em trechos nos quais houver situação de risco, um adensamento extremo. Para conseguirmos, precisaremos reassentar algumas famílias nesses locais, e a urbanização tem que estar da forma como foi prevista, porque adensamentos extremos dificultam todo o processo de regularização.

Em Heliópolis, a Cohab fará regularização fundiária por glebas, ou seja, as pessoas serão proprietárias dos seus lotes.

Para podermos efetivar o processo de regularização fundiária, é necessário, sim, esse terreno, pois precisaremos fazer o reassentamento de algumas famílias do local para podermos deixar a Heliópolis como uma situação viável em termos de parcelamento do solo. Por isso essa área é extremamente importante para a Cidade e para a região do Ipiranga.

Esperamos, portanto, que esse projeto seja aprovado em segunda votação e implementar essas unidades habitacionais tão necessárias para a região. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou subverter um pouco a ordem porque sei que o Marcos Penido veio do litoral, onde estava sendo realizada uma intervenção difícil, mas importante. Vou, então, lhe passar a palavra para que o Estado também anuncie a leitura que faz do debate que realizamos agora e sobre as oportunidades de vínculos de recursos estaduais para o programa que continuaremos a desenvolver, como é o desejo de

muitos.

Tem a palavra o Secretário-Adjunto de Habitação do Estado.

O SR. MARCOS PENIDO – Primeiramente agradeço ao nobre Vereador José Police Neto pela deferência. Efetivamente estivemos hoje no litoral com uma situação bastante triste, pois houve um incêndio na comunidade conhecida como México 70. Fatos dessa monta são justamente um dos grandes motivos por estarmos aqui hoje, pois buscamos urbanização, regularização e principalmente moradia digna para todas as pessoas que moram no nosso Estado e principalmente no nosso Município.

Na pessoa do Maksuel, cumprimento a minha amiga e parceira Elisabete França e todos os técnicos, apesar de ela não estar presente aqui hoje.

Quero louvar esse projeto de fundamental importância para a região do Ipiranga e de Heliópolis. Essa frase até pode parecer parte de um discurso, mas está sendo cumprida na prática: o Governo do Estado já é parceiro do Município na realização das obras em Heliópolis. Temos um convênio de 98 milhões para a realização das obras que hoje estão em curso na comunidade.

Fico muito satisfeito de saber que a região da Sabesp está concluindo a questão do domínio do terreno e que as obras serão retomadas, mudando, cada dia mais, a cara da região e dando uma condição melhor de vida a todos.

Posso falar de coração, pois conheço bem a região. Vejo ali um movimento crescente organizado de cidadania. Porque, quando falamos de moradia, estamos falando principalmente de garantia de cidadania a todos esses paulistanos que diariamente se esforçam para construir suas vidas, que batalham pelo crescimento de suas famílias e, conseqüentemente, batalham pelo desenvolvimento do nosso Município.

Quando passamos pela Delamare, vemos a comunidade de Heliópolis carente de novas áreas, de novos espaços para que possamos caracterizar cada vez mais a região como um bairro, totalmente definido e regularizado, e vemos aquela área da Petrobras pedindo por

casas.

Esse projeto encabeçado pelo Vereador José Police Neto é de suma importância para que possamos viabilizar a inclusão desse terreno no programa habitacional. Se não tivermos um Plano Diretor coerente com o desenvolvimento e com a característica da região, não será possível crescer.

Todos vocês podem nos questionar dizendo que a área é grande e que, portanto, dá para construir muitas unidades. Mas se não tivermos um Plano Direto e uma possibilidade de taxa de ocupação compatível com a área e com o terreno, vamos ter uma inviabilidade do projeto, pois aquele terreno tem um valor.

Da mesma forma, se não tivermos um número de unidades compatíveis, o valor do terreno por unidade ficará um absurdo e inviabilizará o desenvolvimento do projeto não só financeiramente, mas também fisicamente, porque todos nós sabemos da grande demanda da comunidade de Heliópolis e do entorno por moradia e da grande e necessária demanda por áreas-pulmão para que possamos fazer a regularização.

Utilizarmos uma área daquela magnitude para construirmos menos casas, menos unidades do que precisamos é um desperdício de recurso público. Esse projeto, então, vem muito ao encontro da ansiedade da população e dos poderes municipal, estadual e federal.

Vivemos um momento único em que os três poderes estão efetivamente alinhados com o anseio e o desejo da população por essa cidadania por meio da moradia popular. O Governo do Estado, por meio do nosso Governador Sr. Geraldo Alckmin, com um espírito absolutamente republicano e entendendo que sozinho ninguém faz nada, criou uma agência de fomento no Estado, chamada Casa Paulista, que aplica recursos a fundo perdido, ou seja, recursos que ninguém precisa pagar por eles dentro do programa federal Minha Casa, Minha Vida.

O programa Minha Casa, Minha Vida, que foi muito bem concebido e que tem proporcionado moradias a inúmeras famílias, prevê valor-teto de 76 mil por unidade. Todos nós

que moramos em São Paulo sabemos que esse curso envolvendo terreno, obras de infraestrutura e toda a obra de edificação não é compatível com o custo de São Paulo. Por isso o nosso Governador criou essa agência, que aporta mais 20 mil por unidade a fundo perdido para que possamos ter um valor compatível.

Mostrando que não estamos aqui simplesmente fazendo discurso, desde quando a Elisabete nos apresentou esse projeto, toda essa demanda pela área da Petrobras, começamos a discutir e demos prosseguimento, convocando a Petrobras para uma reunião em nossa Secretaria para, em conjunto, fazermos a programação desse empreendimento.

Se temos problemas para desapropriar a área, por que não fazermos uma compra, uma aquisição direta, já que a Petrobras também é uma empresa e pode fazê-la? Como podemos fazer uma aquisição direta? Pelo Poder Público é muito complicado, mas temos a parceria com o programa Minha Casa, Minha Vida, cujo processo tem um elemento fundamental: um banco, a Caixa Econômica Federal. Porque banco pode comprar sem a necessidade de desapropriação, ação que nós do Poder Público temos dificuldade de executar.

Montamos uma equação em conjunto com a Petrobras; com a Secretaria de Habitação do Estado, com o aporte de 20 mil reais; com a Prefeitura do Município, que também tem grande interesse na solução. Do contrato fazem parte: a Caixa Econômica Federal; o Governo do Estado, com o aporte de 20 mil reais; Governo do Município, com aporte complementar, caso seja necessário, e a Petrobras.

Aprovado o projeto, a Caixa, na primeira medição, pagará diretamente o valor do terreno à Petrobras.

É uma equação em que o valor a ser pago pela Petrobras será levantado pelos técnicos da Caixa Econômica, seguindo regras nacionalmente implantadas, ou seja, transparência 100%, recurso pago na primeira medição. Toda essa análise jurídica já foi encaminhada à Petrobras e já teve o aval da sua área jurídica.

Para darmos mais um passo nesse projeto, no próximo dia 22 estarão vindo para

uma reunião em São Paulo, na sede da Caixa Econômica Federal, a Secretaria da Habitação do Estado, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras.

Sentimos que cada dia mais essa é uma equação viável e temos a certeza de que, num breve período, poderemos dar os primeiros passos para transformar esse sonho das moradias na área da Petrobras em realidade, que só deixará de ser sonho por meio de organização social, da sociedade exigindo que seus direitos sejam cumpridos e tendo também, no Poder Legislativo, a sensibilidade de representantes do povo que entendam essa necessidade e levem projetos para a frente e, assim, as coisas possam caminhar.

Alegra-me estar nessa audiência pública vendo população ordeira e trabalhadora exigindo seus direitos, Poder Legislativo abrindo sua casa, pois essa é a Casa do Povo, e o Poder Executivo somando esforços e recursos para chegarmos ao objetivo comum de todos: casa, cidadania, moradia digna e uma melhor vida para cada um de vocês. Louvo de mais todo esse trabalho.

Falo em nome do Maksuel, do alemão, pois sei que posso falar em nome de todos vocês aqui. Louvo demais todo o trabalho da Sehab, todo o trabalho da Prefeitura de São Paulo, que iniciou essa briga e que, com muita coragem, iniciou o trabalho de urbanização da comunidade de Heliópolis.

E, principalmente, louvo a coragem e o comprometimento do nosso Vereador José Police Neto em levar propostas de tão real necessidade à frente.

Fiquem aqui com o abraço e o reconhecimento do nosso Governador, que estará sempre aberto para que parcerias que representam o melhor para nosso Estado sejam concretizadas. Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço não só o entusiasmo, mas a vontade expressa pelo colega Marcos Penido e anuncio, com muita satisfação, a presença do nobre Vereador Alessandro Guedes, coautor do projeto, que fez questão de passar por aqui, nos dar um abraço e reforçar o compromisso dele com a matéria.

Mas, como ele está com um pequenino em casa doente e, como pai que também sou, sei que nossa ausência nessas horas é muito sentida.

Então fica agradecimento por ter vindo, mas fica muito mais do que isso: o desejo de de produzirmos as transformações que te trouxeram à Câmara Municipal. Sabemos que você veio do movimento popular, foi criado no movimento popular e para nós é V.Exa. é gente que soma nessa batalha.

Então, te passo a palavra para fazer a saudação a esse povo que está aqui.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Em primeiro lugar, boa noite. É um prazer imenso estar aqui. Obrigado pelas palavras, Vereador José Police Neto.

E como ele disse, passei para deixar meu abraço e reiterar nosso compromisso com o projeto, pois somos oriundos do movimento e sabemos a diferença que faz e conhecemos a região tão sofrida que precisa de qualidade de vida e habitação popular.

Há pouco tempo que estou aqui, já vi diversas pessoas conhecidas. Vejo também representantes da Secretaria de Habitação – região Sudeste, na qual estive semana passada discutindo problemas do Ipiranga, do Heliópolis, do Boqueirão também. Ali está o Alexandre, que é de Hab Sudeste, e se não me falha a memória é compromisso desse governo contribuir para diminuir o máximo esse déficit que tem nossa cidade.

Parabéns pela iniciativa. Estou há pouco tempo na Casa, mas já percebo pessoas que se destacam por sua competência, pelo seu trabalho e seu comprometimento.

Conte conosco nessa luta daqui para a frente. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passarei a palavra, agora, às mulheres que estão do meu lado esquerdo, pois as que estão do meu lado direito já se pronunciaram.

Antes de passar aos inscritos, peço à Bete trazer um pouco da sua energia.

Quero dividir um pouco esse espaço tanto com a Unas, como com a UMM. Fiquem à disposição para falar junto com a gente. A Unas vai primeiro.

A SRA. _____ - Obrigada. Boa noite à Mesa, boa noite a todos.

Fico muito contente em saber que essa luta, Maksuel, não é só sua, é nossa.

Sabemos que, diante das necessidades da população, principalmente aquela mais excluída, todas as nossas conquistas acontecem de maneira organizada. E os movimentos não são diferentes.

Eu, como representante do Movimento Sem Teto da Unas, junto com o Manoel, a Keith, estamos trazendo algumas ansiedades, pois sabemos que o povo está na rua e precisa de uma moradia digna.

Por isso, Vereador José Police Neto, parabênizo V.Exa. por essa iniciativa. Gostaria de lhe dizer o seguinte: esse povo que está aqui é aquele que, de fato, tem razão. Quando a gente vai para a rua, quando nós vamos para a rua, vamos com uma certeza: temos de confiar nos nossos representantes legais que são o nosso Prefeito e nossos Vereadores.

Quanto àquela região do Ipiranga, eu diria para o senhor que há muitos movimentos, eles estão organizados e estão pleiteando essas moradias dignas.

Essas pessoas estão pleiteando também a questão da educação, pois não adianta construir moradias, se não construir, diante dessas moradias, projetos sociais.

É uma grande preocupação da própria Unas, quando vem com seus representantes e diz, para esse Governo que está aí, que desejamos moradias. Nós queremos também que as pessoas sejam amparadas, com projetos sociais em torno dessas moradias.

Nós observamos – e ainda vemos – algumas construções que estão muito aquém da questão social.

Temos muitas moradias, em São Paulo, que, durante o período da construção, esqueceram de acoplar projetos sociais. Temos de pensar: ao construir casas, temos de implantar junto locais para nossas crianças e idosos, pois, muitas vezes, acabam esquecendo e se resumem nas moradias.

Agradeço a todos os companheiros presentes que vieram de Heliópolis, da Água Funda, São Savério. Vieram prestigiar essa audiência e dizer ao Maksuel: “Estamos juntos

nessa luta”. Pode ter certeza. (Palmas)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS XAVIER – Boa noite a todos. Sou Maria das Graças Xavier, coordenadora da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e interior e também da Central de Movimentos Populares. Coincidentemente, sou moradora do Ipiranga há mais de 30 anos. Sou uma das fundadoras do Movimento de Moradia da região do Ipiranga. Somos todos filhotes da Pastoral de Moradia, juntamente com a Unas.

Não sei se vocês ouviram falar, mas dia 17, fizemos um grande ato na Prefeitura de São Paulo, durante o qual foi feita uma audiência com o Prefeito. Estavam presentes: eu, representando a União dos Movimentos de Moradia e o Manoel, pela Central de Movimentos Populares.

Apresentamos para o Sr. Prefeito justamente o projeto da Petrobras. Daí, ele dizia, Sueli, que era só projeto do Heliópolis, da região do Ipiranga.

Explicamos que trabalhamos com família que realmente precisam de casa, precisam de moradia. Não seremos nós, os movimentos, que vamos brigar um com ou outro, mas, sim, nos unirmos em prol da busca de moradia digna.

Daí não só estamos reivindicando e cobrando os projetos dos prefeitos anteriores, mas também do Prefeito Haddad, do Governador Geraldo Alckmin, da Presidenta Dilma, que tenha a área da Petrobras, mas não só da Petrobras, também a área da Henriqueta, a da Miguel Haddad, a área da Aratimbó. São várias áreas na região do Ipiranga e, daí, Luis, conforme falou, da revisão do Plano Diretor, estávamos desde 2012 fazendo o mapa de rua por rua para indicar para as ZEIs.

Em vários momentos tivemos inúmeras brigas aqui na Câmara. São 55 Vereadores, mas quantos passaram por aqui hoje. Quantos, de fato, estão comprometidos com a população que os elegeram para governar o Município de São Paulo.

E agora estamos no processo de revisão do Plano Diretor e, mais uma vez, a semana passada, estávamos na Uninove brigando para que tivesse ZEIs e fossem analisadas

as habitações.

Na semana que vem, dia 18, teremos outras discussões sobre habitação. Os movimentos populares devem estar todos, mais do que nunca, unidos nessa luta em prol de uma reforma urbana. É claro que sempre estivemos juntos e, assim, devemos continuar.

Hoje, o Ipiranga tem cinco grandes movimentos: a Unas, o Movimento de Moradia da Região Sudeste, o MSTI, Estrela Guia e a Nova Heliópolis, que é o filhote mais recente da região. São cinco grandes movimentos, juntos, unidos, vamos brigar só pelos movimentos organizados, mas também pelas pessoas que não estão organizadas, nas favelas e nos cortiços. Aliás, são vários os cortiços na região do Ipiranga.

Em nome da unidade, a União dos Movimentos de Moradia e a Central dos Movimentos Populares, é que assumimos o compromisso de lutarmos juntos para que seja aprovado.

Parabéns para todas as organizações populares que, de fato, acompanham esse projeto. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço muito às mulheres da Unas e UMM, que vieram trazer esse vigor.

Contarei uma breve passagem, antes de passar a palavra para a Bete, mas eu acompanho o movimento popular desde meus 14 anos, porque minha mãe foi assistente social em Fabes. Quando nasci, ela já era funcionária pública. Meu pai também era funcionário público.

E, mesmo que eu quisesse fugir de fim de semana, a única forma que eu tinha era ir para a favela do Sape. Essa era a regra do meu dia a dia: ou ia com meu pai para zona Leste, pois era engenheiro e ele ajudava nos mutirões – aliás, naquela época nem mutirão não era nem mutirão de casa própria, mas de guia e sarjeta – ou ia para o Sape. E ali, me lembro como se fosse hoje, a inauguração de um orelhão.

Imagina como era reunida a comunidade, pois estava sendo inaugurada uma

oportunidade daquela população se relacionar com o mundo externo. Lembro-me perfeitamente da inauguração de um orelhão, com fanfarras, com muita gente. Estavam todos felizes por passarem a ter uma linha de comunicação com o mundo externo.

É lógico que isso tem mais de 30 anos. Numa época em que comprar telefone era pagar em dólar. Era patrimônio ter um telefone. Não era serviço.

Então, só contar um pouco da minha origem e dizer porque fico tão à vontade por estar aqui, com técnicos, com movimento popular. Nasci com isso.

Portanto, para eu assinar um projeto como esse, que tem elementos do movimento popular, tem apoio dos técnicos e técnicas, para mim, é materializar um pouco o que é a origem da minha família.

Agradeço a oportunidade que o MSTI e o Heliópolis me dá de devolver, um pouco, do que é estar na Câmara.

Passo a palavra à Bete, a quem agradeço ter sido a pessoa que inaugurou enquanto não mais um filho de pais que atuavam na Cidade, mas um pouco mais protagonista. Nós aprendemos para depois poder exercitar.

Aprendemos, deixando de engatinhar, passar a andar, depois, passamos pela oportunidade de ter o ensino socializado com aqueles mais conhecedores do que nós, em espaços mais adequados para isso. E, claro, tem uma hora que nos obrigamos a oferecer mais para os outros. Se não fosse Bete, talvez não tivesse a oportunidade de oferecer um pouquinho mais de mim para os outros.

Assim, antes de passar a palavra aos inscritos, gostaria que você trouxesse um pouco da sua contribuição, não só pelo projeto, mas também sobre o que estávamos falando antes.

Como as mulheres da Mesa anunciaram, aquela zelosas pelo que é ter moradia, queremos muito mais do que o teto. O Max me cobra sempre isso: queremos a oportunidade de educação com qualidade e também formar bairros que não seja um enredo de famílias,

mas, sim, o direito à Cidade. Queremos sair desse ambiente de ter de tomar ônibus para ir para a Cidade, morando na Cidade de São Paulo. Não. A Cidade é em todo canto e a Cidade somos nós que produzimos.

Bete, por favor, para concluir essa primeira etapa.

A SRA. _____ - Boa noite a todos. Gostaria de agradecer o convite do Vereador José Police Neto, do Maksuel, é um prazer enorme estar aqui, rever meus amigos todos de Heliópolis e de todos os movimentos de moradia, bem como estar com responsáveis pela construção de propostas para habitação na Cidade de São Paulo.

Feliz do bairro que tem cinco entidades lutando por moradia. Essa é a primeira lição do Heliópolis: os moradores participam, brigam, brigam entre eles, brigam com o Poder Público, brigam o tempo todo, mas estão construindo um bairro muito legal na Cidade de São Paulo.

_____ Há duas semanas, participei da Pré-Conferência da Cidade, a convite da Prefeitura de Niterói e, daí, apresentei nas palestras dois exemplos do que considero o tema da Conferência das Cidades em 2013: o que está acontecendo em Heliópolis e em Paraisópolis.

Foi engraçadíssimo porque estava lotado de movimentos populares e todos brincaram: “Opa, vamos mudar para São Paulo”.

Por mais que se tenha muito o que fazer, são exemplos nacionais de como é que se conduz a urbanização de um bairro que tem precariedades, respeitando, construindo moradia para as pessoas que estão nas áreas de risco na comunidade, construindo com qualidade e projeto. Incluindo a questão que a representante do Unas acrescentou, ou seja, que moradia não é só moradia, moradia é educação, é saúde, é mobilidade, é ter metrô e ônibus, ciclovias, área verde, enfim, tudo isso que estão lutando bravamente.

Fico feliz que foi aprovado em primeira votação, essa luta com a Petrobras que se estende há 3 anos.

Acho que é bem legal comprar o terreno via Caixa, mas vamos combinar: 3 anos de

briga com a Petrobras dói no coração de qualquer um. A maior empresa petrolífera faz uma novela para dar um terreno para incluir 10 mil famílias com moradia digna.

Só queria que vocês continuassem brigando. Assim que o projeto seja aprovado, gostaria que vocês brigassem por uma outra questão: vocês querem moradia com qualidade.

A Constituição brasileira garante três direitos à população brasileira: acesso à Saúde, à Educação e à Moradia. E não temos educação social e saúde social, é tudo igual para todo mundo. Agora, moradia é social, tem de ser barata e longe.

Então, quando o Ministro da Saúde estabelece que tem de ter remédio para Aids para todo mundo, o remédio é igual para todo mundo, não é mais barato para quem é mais pobre. Então, a moradia em Heliópolis tem de ser de qualidade. Temos projetos fantásticos e isso tem de continuar. Lutamos para isso! (Aplausos)

Depois de aprovado o projeto, vocês não podem abandonar a luta.

Vocês estão de parabéns. O pessoal da Prefeitura continua batalhando; o nosso querido Vereador Police. O Police é meu ídolo. Acho que ele não dorme.

Muito obrigada pelo convite. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vocês acham que está cheio aqui? Preciso contar uma coisa para vocês: o auditório Prestes Maia, que é quase desse tamanho, também está lotado e as pessoas estão assistindo lá pelo telão.

Tem a palavra o Sr. Manuel.

O SR. MANUEL – Boa noite, pessoal.

Primeiro dizer para o Police Neto e para a Mesa que hoje é um dia histórico. Esta é a Casa do povo e hoje o povo está aqui de verdade! Esse é o primeiro passo.

Estamos muito contentes com esse projeto porque sabemos que é uma briga de muitos anos com a Petrobras. Temos certeza de que só a terra da Petrobras não resolve o problema, mas resolve parte do problema.

Também temos claro que se ficarmos parados não vai acontecer nada e por isso é

que trouxemos o Movimento.

Estou, hoje, representando a Unas e também sou dirigente da CMP e temos um desafio, porque queremos mudança nesse mandato.

Queremos que as casas sejam feitas, mas com qualidade, e que haja a discussão com os movimentos. Estamos dispostos a conversar com todos os movimentos de Heliópolis.

Por exemplo, tem de haver o plano diretor de Heliópolis e a participação do povo e é nisso em que acreditamos, porque aonde foram feitas as habitações sem discutir com as entidades, não deu certo.

E, Sueli, tem uma outra coisa que discordo de você: não fizeram uma reforma fundiária em Heliópolis porque não quiseram, falta vontade política e não é desse nem daquele Prefeito... (Aplausos)

Faz mais de 20 anos que eu ouço todo Prefeito que entra dizer que é prioridade, mas não se fez uma!

Nós, da Unas, queremos que faça reforma, sim. Não queremos ser diferentes dos outros, queremos ser iguais. Ser igual é quando fazemos parte. (Aplausos)

Estamos dispostos a sentar em uma mesa de negociação com a Secretaria para fazermos essa discussão. Por que Heliópolis, que é uma favela que tem 200 mil habitantes, não teve nenhuma propriedade regularizada? É um descaso com Heliópolis.

Aí, queria pedir o apoio de todos os Vereadores e de todos os técnicos.

Outra, o nosso Prefeito, hoje, tem de usar o mecanismo de desapropriação, porque é injusto um latifúndio ficar o tempo inteiro se beneficiando, enquanto que nós que lutamos, muitas vezes, não temos nada.

Por isso, vamos fazer, de forma democrática, esse debate o tempo inteiro.

Agradeço a todos vocês. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço as palavras do Manuel.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, da Sustentabilidade Vida.

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Sou Laerte Brasil Santos de Oliveira, Presidente da Sustentabilidade Vida, órgão institucional da Uniglobal Cidades, Nações, Trabalho e Empreendedorismo.

Parabenizo as autoridades da Mesa e todos os presentes.

Temos participado de todas as audiências públicas dos planos de metas e da revisão do Plano Diretor. O que estamos pontuando em todas essas audiências, é um projeto revolucionário para a habitação de São Paulo, no sentido de que até 2021 sejam construídas 500 mil moradias de habitação popular e a regulamentação de todas elas, inclusive dos quase 2 milhões de moradores que estão em áreas de mananciais.

O que a Sueli colocou aqui, também fizemos uma investigação desses mananciais e constatamos que 38% das residências lá estão sendo alugadas.

Acho que a regulamentação do Plano Diretor deveria prever que essas áreas urbanizadas não pudessem ser alugadas, nem vendidas. O locatário, no caso, teria de se tornar proprietário.

Vendo o representante do Governo do Estado aqui, acho que o Governador está se regenerando. Digo isso porque o Alckmin, em janeiro de 2012, cometeu um crime contra a humanidade, e que foi o massacre de 6 mil pessoas no bairro de Pinheirinho, de uma área de 1,250 milhão metros quadrados. Essas famílias já moravam lá há 8 anos e o Geraldo Alckmin, junto com o ex-Prefeito de São José dos Campos, que era do mesmo partido, usaram até tática de vampiro. Isso porque, dez dias antes de mandar a Polícia invadir, fizeram um churrasco, dizendo que iriam regulamentar a área e urbanizar o bairro. Depois de dez dias, mandaram uma operação com quase três mil homens da Polícia Militar, massacrando seis mil pessoas. Inclusive, duas crianças foram estupradas pela Polícia Militar, um jovem de 13 anos foi morto à bala. Esse foi um massacre e o Governo não foi punido e ninguém processou esse Governador!

Para terminar, há dois anos estive na favela do Heliópolis inaugurando uma simples

quadra, junto com o Zidane. O Zidane era um morador de rua e se tornou um grande atleta futebolístico. Ele saiu da França para inaugurar uma quadra no Heliópolis.

Como sou treinador de futebol, fui convidado, pela equipe que trouxe o Zidane, para pegar o pênalti. O Senador Suplicy estava presente e disse: “Não. Eu vou agarrar”. Eu falei: “Olha, segurar um pênalti de um atleta como o Zidane, é difícil”. Mas, como ele queria segurar, eu disse para o Suplicy: “Segura, que a criança é sua”. O Zidane bateu o pênalti e o Suplicy não viu nem a fumaça da bola e a quadra foi inaugurada!

Daqui a seis meses, voltaremos ao bairro para a inauguração de um projeto de inclusão social, de formação de menores de 6 a 17 anos. Começaremos com 500 menores inscritos. Futuramente, atingiremos cerca de 5 mil menores.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Vinícius Gama, da Associação Resplandecer, da Bela Vista.

O SR. VINÍCIUS GAMA – Boa noite.

Estou estarecido com esse plenário de vocês. Heliópolis é uma cidade! Estou até sem palavras!

Também fico triste porque, cadê os Vereadores que se comprometeram com esta Mesa?

Fico feliz por vocês terem um Vereador que os representa. (Aplausos)

Bela Vista, apesar de ficar ao lado da Câmara e da Prefeitura, está abandonada e vocês tem alguém que os representa.

O meu intuito era falar a respeito do Centro, mas fiquei sem palavras.

O Centro/Bela Vista também está carente por moradias. Aqui, o aluguel, para morar em um quarto e cozinha, sem banheiro, não fica por menos de 900 reais.

Trabalho em São Bernardo e moro aqui. Passo pela Heliópolis e vejo que vocês estão de parabéns.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vinícius, vou te contar duas coisas importantes.

Primeira, o Orçamento do ano passado para este ano aprovou recurso para estudarmos o plano de bairro da Bela Vista, exatamente para que possamos enfrentar as distorções que podem ser produzidas se a mão do povo não ingressar no ambiente de planejamento da Cidade.

Então, saiba que muitos de nós, aqui na Câmara, e muito da sociedade como você, estamos querendo discutir o planejamento do bairro, e a Bela Vista é uma das regiões que já tem recurso garantido para isso.

Segunda, que há dois bons debates para realizarmos.

Há um projeto de lei que apresentamos em 2010, que trata do reaproveitamento e da requalificação das edificações verticais para uso para uso e interesse social. Vemos muito uma palavra estrangeira que fala assim: vamos fazer o *retrofit* daquele prédio. E normalmente esse *retrofit*, essa palavra bonita, tira a ocupação, o bom uso que a população pode dar, faz ficar para bacana ai vende mais caro que podia aquele imóvel. O que estamos dizendo é que para alguns modelos de ocupação precisa de incentivo urbanístico no modelo edificante e muitas vezes você precisa de autorização para aproveitamento de edificações que já consumiram recursos privados e públicos, porque o aproveitamento se dê na sua plenitude. Essa é uma das discussões que não estamos chamando só você, mas muitos daqueles que estão nessa região central, em que você tem muitos imóveis construídos, que precisam ser requalificados, que conseguimos tecnologia para requalificar espaço urbano horizontal. Conseguimos desenvolver tecnologias para isso. Mas avançamos muito pouco em desenvolver tecnologias para qualificar a ocupação vertical e está na hora de desenvolvermos isso. Porque senão sempre será aquele que mais pode pagar, que vai ocupar no futuro essa edificação que muitas vezes poderia servir muita gente. Esse é um debate que a Casa está muito disposta a

fazer e quero que o entusiasmo com que você comemorou os resultados que o Heliópolis conquista e vai continuar conquistando você tem a oportunidade para fazer com seus colegas que moram aqui ao seu lado. Saibam que a Casa tem debates para isso, a discussão mal começou. Da para discutirmos sim esse processo. Venha, nesses dois debates, seja no plano de bairro para a Bela Vista, para produzir um território justo e não deixar com que, ai sim a retenção especulativa, associada à especulação imobiliária faça com que todas essas áreas drenem para aqueles que não são os atuais moradores, temos o equilíbrio para que as pessoas que estão aqui tenham a oportunidade de viver onde escolheram para viver e não onde serão encostadas para viver. (palmas)

Com a palavra a Sra. Olga Quiroga, da região Sudeste Ipiranga.

A SRA. OLGA QUIROGA – Boa noite a todos, primeiramente, parabênzo o nobre Vereador Police Neto, por esse projeto de lei, que irá beneficiar muita gente da região do Ipiranga. Fiquei muito feliz com toda a fala aqui, em especial da Dona Sueli, quando fala que tem de beneficiar todos. Isso é muito importante para nós, porque quando vamos para uma luta, vamos lutar por alguma coisa, não vamos lutar em benefício próprio, mas em benefício de todos, principalmente daqueles de baixa renda que estão em situações pior que a nossa. Estou muito feliz de estar aqui com todos vocês. Estou reconhecendo muita gente de Heliópolis, da UNA, São Saverio. É muito bom ver vocês participando. Sei que muitas de vocês, saíram de seus trabalhos para vir correndo até aqui. Deixo registrado para autoridade que está na mesa, que quando tem alguma coisa que realmente é trabalhada nessa Casa, para o povo. O povo vai estar sempre presente. O povo sabe quem trabalha para ele. Temos de agradecer muito o nobre Vereador. Fico indignada e coloco minha indignação aqui, porque aqui deveria ter muito mais vereadores. São 55 vereadores que elegemos. Infelizmente, só reconhece a gente, só na hora que precisa de voto. Temos de ficar espertos e aprender a votar. Votar em não naquele quem faz promessas, porque promessa até eu faço, votar naquele que cumpre o que promete. Muito obrigada! (palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Quero anunciar um convite feito pelo Instituto do Legislativo Paulista, que irá realizar curso de urbanismo e Meio Ambiente nos dias 28/05, 4, 6, 11, 14, 18, 21 e 25 de junho, na Assembleia Legislativa. Todos esses dias, das 9 à 12.30h. É gratuito com certificado.

Com a palavra a Sra. Nair, da Associação Comunitária Beneficente Santa Adélia.

A SRA. NAIR – Boa noite a todos. É uma honra estar aqui a convite do Maksuel, cumprimentar, além, todos os representantes da região de Heliópolis e Ipiranga, a luta é essa mesma. A luta é sempre justa, nada é perdido. Hoje estou vindo a convite representando a região de Itaquera, São Mateus, Cidade Tiradentes, mas dizer apenas para vocês que essa luta é da nossa região, principalmente a regularização fundiária, é da Cidade de São Paulo e de todos os cantos vivemos com essa situação. Netinho - temos a liberdade de chamá-lo assim - Vereador Netinho, que presidiu essa Casa e tanto fez por nós em todos os momentos que o procuramos e tem feito, ainda, levantando essa bandeira. Acredito que falar do Vereador Netinho hoje é até pouco diante do que vocês já o conhecem ele representa. Quero dizer minha mensagem, para dar a continuidade, a Bety, importantíssima dentro da Secretaria Municipal de Habitação, como Secretaria adjunta, participou ai de todas essas intervenções, no plano municipal de habitação, foi citado aqui pela Sueli, que não foi aprovado mas teve intervenções importantíssimas, dizer aqui o Secretário do Estado de São Paulo que teve sua fala e já se retirou. Mas a importância que os Movimentos têm de acreditar nesse trabalho, habitação é difícil. Se fosse fácil não seria apenas cinco, como disse a graça, cinco lideranças organizadas no Ipiranga, seria muito mais. A luta da moradia, quem conhecem sabem de quanto tempo vamos passando e passando e acreditando porque ter um representante para que vocês cheguem na sua conquista que é o senhor de todas as famílias que não chegaram ainda. Minha contribuição é no sentido da regularização fundiária e do plano diretor da retomada. Claro que está acontecendo várias audiências junto ao Sr. Prefeito, é uma intervenção importantíssima, mas não podemos esquecer do zoneamento da Cidade. Se não

existir a mudança do zoneamento da cidade, a cidade vai estar travada. É importante que se tenha essas intervenções para que esses terrenos passam a ser para Zeis ou por desapropriação, mas é importante. Temos uma região muito rica, zona Leste – apenas citando esse exemplo, São Mateus, é cidade. Tem tudo que se imaginar e temos os terrenos que estão ali com áreas de ZEPague agrícola, que você tem lá e não pode construir. E São Mateus é cidade hoje. Não podemos esquecer que importantíssimo a mudança do zoneamento. Parabéns a todos. Continua com essa luta. Está no sangue e faz bem. É maravilhoso ter vocês aqui. A luta é de todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o Sr. Dito.

O SR. DITO – Esta aqui a Nair, fomos juntos conselheiros, ela Conselheira de Habitação, eu também conselheiro Municipal de Habitação. Quando a Bety era Superintendente de Habitação Popular e foi um momento muito importante para que pudéssemos discutir, não só a política de habitação do Município, inclusive delinear a proposta do Plano Municipal de Habitação que queremos ver aprovado nesse ano, a partir do encaminhamento do Plano Diretor da Cidade para que possamos ter uma política de Habitação para a Cidade de São Paulo. Duas questões que coloco sobre a importância dessa audiência pública, estávamos na reunião da União dos Movimentos de Moradia e é a primeira audiência pública que fazemos de forma tão ampla, com os representantes do movimento de moradia da região Sudeste. O MSTI, as entidades de Heliópolis, UNAs, outros movimentos da região, e é importante e fundamental que tenhamos uma estratégia de moradia para a região do Ipiranga. Essa região tem vivido nos últimos anos, e a Bety, Sueli, o Luiz, sabem disso, é um problema muito grave. Não somos da zona Leste, da zona Sul e do Centro. Sofremos as dificuldades de não ser nada disso na Cidade. Por causa disso, nunca temos a política de Habitação, e parece que isso chega por último para nós. Às vezes, até pela força política de Heliópolis, chega lá, mas dificilmente atravessa da Anchieta para o lado da Imigrantes.

Sabemos que o déficit habitacional, na nossa região, é extremamente alto e

concentrado. O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que há na região do Jardim Celeste e do Savério, é um dos mais baixos do município. O IDH do São Savério iguala-se ou é mais baixo do índice da região de Brasilândia ou São Mateus. Inclusive, há vários projetos na região do Jardim São Savério e do Parque Bristol, que trabalham com crianças e adolescentes. Levanto essas questões para falar sobre a importância dessa plenária, considerando que aqui estão as principais entidades da região do Ipiranga, da região Sudeste. Podemos definir, a partir de hoje, uma agenda de luta, em defesa da moradia na nossa região, para que possamos garantir terra.

Foi chamada essa audiência com o apoio do Vereador José Police Neto. Há a importância e a necessidade, nesse momento, de convocarmos outros parlamentares que apoiamos na nossa região, como a Vereadora Juliana Cardoso e os Vereadores José Américo e Alfredinho, além de outros que receberam apoio do Movimento de Moradia na região, a fim de construirmos uma força política importante, viabilizando terrenos e atendendo não só o projeto de urbanização de Heliópolis, como também principalmente as famílias que estão praticamente fora do projeto de Heliópolis ou outros projetos na nossa região. Falo de pessoas que, muitas vezes, pagam aluguel, e são sem-teto. Por força do projeto, há muitas famílias que acabaram ficando nos programas do Bolsa-Aluguel. É necessário seriam viabilizados mais terrenos na nossa região. Por tudo isso, essa assembleia é estratégica e importante, não só para fortalecer a luta comum em torno dos terrenos, das terras na nossa região, mas para lutarmos por projetos que atendam principalmente a famílias que ganham até três salários-mínimos na região do Ipiranga, no âmbito da subprefeitura do Ipiranga, e até inclusive parte do eixo do Jabaquara.

Outra questão importante é sobre terras, terrenos. Há um discurso que fica meio escondido, de que não há terras, terrenos na nossa região. O movimento de moradias, nesse sábado, acabou de ocupar um terreno ao lado do Jardim Celeste, com quase 30 mil metros quadrados. Há uma luta histórica que o MSTI está fazendo, os companheiros de Heliópolis pelo

terreno da Petrobrás. Há áreas da SPU, terrenos do INSS e áreas marcadas e demarcadas como ZEIS na nossa região. E por que terras não são desapropriadas e não temos projeto habitacional? Porque há um discurso, de que a terra é cara, e não conseguem viabilizar terrenos. Ela é cara para os pobres, mas não é cara para os ricos e para quem pode fazer casas. (Palmas)

Temos um papel estratégico não só para lutarmos coletivamente, para que esses terrenos sejam viabilizados na região do Ipiranga. Outras pessoas e outros parlamentares podem se somar a essa agenda de mobilização do Ipiranga, para serem viabilizadas terras lá. Quanto ao Plano Diretor na cidade de São Paulo, temos duas questões importantes a fazer no Ipiranga. Primeiro, pode-se ampliar a questão da ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social. Podemos fazer um levantamento de vazios na região, para indicarmos para os Vereadores e a Prefeitura nas plenárias do Plano Diretor, a fim de ampliarmos a demarcação de ZEIS na nossa região. Segundo, não podemos aceitar mais que as Zonas Especiais de Interesse Social na região do Ipiranga atendam às famílias que ganham mais de oito a dez salários-mínimos. Dessa vez, precisa ser atendido quem ganha de zero a três salários-mínimos, famílias de baixa renda. (Palmas)

Esse é outro ponto estratégico da nossa agenda. Não adianta marcarmos ZEIS, como marcamos na região do Ipiranga, e depois o HMP, que atende acima de dez salários-mínimos, destine tais moradias, enquanto famílias que ganham de zero a três salários-mínimos fiquem fora do projeto.

Quanto aos projetos do CDHU, é um absurdo termos feito uma luta, como fizemos pelas Leais Paulistanos, áreas no Jardim São Savério e terrenos no Jardim Clímax, enquanto só a classe média entra nos projetos; e nós ficamos de fora. (Palmas)

Esse é o momento estratégico, primeiro para ampliarmos as ZEIS no Plano Diretor. Segundo, para dizer para a CDHU que, na nossa região, precisam atender famílias que ganham de zero a três salários-mínimos com terrenos.

No Plano Diretor, vamos viver um outro fato estratégico. Está fechado, limitado o potencial de viabilização de unidades habitacionais na região do Ipiranga. Falo do potencial construtivo. Então, temos de aumentar esse potencial, viabilizando mais moradias na região do Ipiranga, porque não adianta nada definirmos terrenos nas áreas de ZEIS, se não aumentarmos e ampliarmos a possibilidade de serem construídos habitações de interesse social. (Palmas)

A pauta dessa agenda é histórica para nós, que demarca um processo de articulação nesse campo. Assim, podemos avançar na luta pela moradia digna na nossa região. Não deve haver separação entre MSTI, UNAS e movimento de moradia na região Sudeste, quando for para se viabilizar moradia digna. O nosso partido, nesse momento, deve ser o da moradia e do sem-teto, e nada deve nos dividir nessa pauta.

Viva os sem-teto. Viva a luta pela moradia digna na nossa região. Viva a conquista de terra na nossa região do Ipiranga. Contamos com apoio de todos os parlamentares na nossa região, para viabilizarmos essas áreas, esses terrenos, com apoio técnico da Prefeitura, ajudando-nos a levantar esses terrenos, viabilizando a nossa moradia.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Solicito que o Sr. Maksuel, que demandou essa audiência, assuma a presidência dos trabalhos. Quero fazer igual o Dito. Como até agora fui agora parcimonioso e não pude apresentar o projeto, com toda a liturgia, quero fazer um pouco esse bom enfrentamento. Caminhos temos de percorrer para ser verdade o nosso sonho, porque senão ficamos na letra da lei e na letra do projeto. Como já contei, no início, a história do meu pai e da minha mãe, vale a pena contarmos a história que podemos construir a partir de agora. Aqui há um partido só, da cidade justa. Se ela é justa, produz habitação e moradia com qualidade para todos. Portanto, há escolas de qualidade e equipamentos de saúde que promovem a saúde de todos. Conseqüentemente vamos ter muito orgulho da Cidade onde moramos e construímos as nossas famílias.

Como cidadão, quero apresentar propostas aqui.

- Assume a presidência o Sr. Maksuel.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Compartilho com os senhores algumas questões fundamentais quanto ao que temos de oportunidades. Temos de acertar o diagnóstico e mudar a realidade. O que é acertar o diagnóstico? Conseguimos pintar muito bem, porque o movimento ajudou, áreas para habitação de interesse social e mercado popular, quando definimos ZEIS, tanto em 2002 quanto em 2004. Tivemos dificuldade em fazer com que cada um desse metro quadrado sonhado traduzisse em moradia digna e justiça. Há não mais de uma semana, a Câmara aprovou a reforma administrativa, projeto de lei que o Sr. Prefeito Fernando Haddad trouxe para cá. Numa audiência pública que não consegui contar com a presença de tantas pessoas quanto as que estão, apresentei uma tese para a Administração, de quanto eu achava que aquela reforma administrativa, a qual estávamos discutindo, poderia ajudar a concretizar a cidade justa, trazendo um novo elemento para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que estuda e detalha os espaços de zoneamento na cidade, especialmente àqueles que interessam ao maior conjunto da sociedade, nós que estamos reunidos aqui e muitos que gostariam de estar fazendo o que fazemos.

Há muitas pessoas que estão nas favelas e não estão em nenhum movimento organizado, mas que precisam da habitação tanto quanto nós, que conseguimos já nos organizar. Sugerimos que, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, passássemos a ter um departamento de controle da função social da propriedade, por dois fatores. Conseguimos definir perímetros para as ZEIS. Falhamos ao permitirmos o direito ao protocolo. Foram construídos muitos imóveis para bacanas, onde poderia haver habitação para que está aqui. Erramos, temos de reconhecer que erramos. Precisamos corrigir. Precisamos de um órgão, dentro da organização, que, todos os dias, investigue as áreas que, num dia, o povo foi lá e

falou: “Aqui vai ser habitação para a minha família”.

Então, oferecemos para o Sr. Prefeito e para a Administração um departamento de controle da função social, porque cada terra que foi pintada para ser ZEIS tem um sonho. Muito mais do que isso, há outros que sonham ganhar muito dinheiro em cima disso. Se não tivermos alguém do nosso lado controlando, vamos servir a esses que têm mais tempo do que nós. Ao sairmos daqui, vamos correr para casa para dormir e acordar, às 5h, para trabalhar no dia seguinte, enquanto há pessoas que estão dormindo agora ou curtindo a boa vida, e amanhã vão arrumar cinco ou seis engenheiros para transformarem uma área que foi de luta dos senhores em apartamento para bacanas. Muitas vezes, não podemos com isso. Só podemos quando damos estrutura a essas servidoras e outros que se somam, para dizer: “Não, aqui não pode haver outra coisa, que não seja habitação para famílias que ganham de zero a três salários-mínimos, de zero a seis salários-mínimos”. É preciso haver alguém controlando isso, como se fosse a coisa mais importante da vida. Sabem por que isso pode ser a coisa mais importante da vida? Porque quando não há justiça, talvez não vale a nossa passagem por aqui. Uma das questões que o movimento ensinou-me até hoje é que, enquanto faltar casa a um, o movimento inteiro não tem casa própria. Também não adianta uma pessoa, duas, três ou dez pessoas daqui conseguirem a sua unidade e no, dia seguinte, não estarem aqui ajudando a todos os outros que ainda não conseguiram. Essa é uma questão definitiva na luta pelo acesso à moradia e o direito à Cidade. Isso muda a lógica.

Ocorre que mudamos a lógica quando temos uma grande estrutura pública à disposição os empreendimentos habitacionais de interesse social, e não grandes estruturas para licenciar empreendimentos para bacanas. Isso a vida de São Paulo já deu. São Paulo sempre conseguiu licenciar rapidamente grandes empreendimentos, não por conta desse ou daquele prefeito. É porque a cidade foi feita para esses e não foi feita para nós. Quando brinquei que ia para a Favela do Sapê, porque a minha trabalhava em (ininteligível) Butantã, é porque essa era a vida naquelas comunidades. Não se conseguia subir ao morro, porque

quando chovia, não dava para as pessoas chegarem. A primeira intervenção que faziam lá era a viela, que permitiam pessoas chegarem às suas casas, para não serem arrastados no meio da lama. Quantos dos senhores não viram isso? Mas será que vamos continuar lutando só pela viela e agora, quem sabe, iluminá-la? Será que é essa a reforma urbana que tanto sonhamos, que invadiu Brasília, para escrever que o solo urbano tem de cumprir função social? E quando não cumpre, tem de registrar, em cartório, que aquele imóvel, seja quem for o proprietário, não cumpre função social e, portanto, impõem a ela uma nova avaliação do seu valor, que muda completamente a referência. Quando dizem que aquele imóvel não cumpre função social, quero ver o bacana de construtor comprar aquele imóvel. Conseguimos fazer isso, nesses mais de vinte anos, que nos separam da Constituição, havendo Governos de esquerda, centro e direita? Não. Talvez esse seja o momento mais propício a isso, por dois fatores. Há uma fadiga na produção habitacional para a média e a alta rendas. Há uma necessidade cara, com possibilidade de consumo, para famílias que ganham dois ou três salários-mínimos. Será que é justo escondermos esse conjunto tão grande da sociedade, que pode sim comprar? Ninguém quer nada dado, mas o Poder Público tem de estar absolutamente entusiasmado com a briga para o valor da terra ser compatível com a capacidade de acesso.

Quando se falou sobre o exemplo dado do terreno da Petrobrás, ele é exatamente assim. Mantida a atual situação, o valor da fração que cada um dos imóveis vai ter, no terreno, não o torna compatível para habitação que queremos. O pedaço do terreno que vai poder se edificar a nossa habitação, já que vão poder mil unidades e não mais de 4 mil, aquela unidade vai consumir um mil avos do terreno e não um(?) cinco mil avos.

Portanto, vai distribuir o preço da terra em cinco mil unidades, em 4.700, mais as escolas, mais as creches e as unidades de saúde. Agora, distribuir em mil, é saber que não será para nós. É saber que vão construir um *shopping Center* associado a apartamentos de 200m² para se valorizar. Assim vai ficar fácil, porque os trabalhadores, dessas unidades, terão metrô para trabalhar na casa daqueles bacanas, que vão morar lá. E a população, que

sonhava em ter as unidades ali, será expulsa para um pouco mais longe.

Será que é isso que queremos para a nossa Cidade? É esse modelo? Então, na quarta-feira da semana passada, aprovamos na Câmara, por unanimidade, a reforma urbana para a Administração Pública Municipal. Foi uma emenda que aprovou o Departamento de Controle da Função Social da Propriedade e duas outras Coordenadorias na Secretaria de Habitação que fecham esse elemento: a Coordenadoria de Habitação de Interesse Social e a Coordenadoria de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Por dois fatores objetivos: se alguém for controlar a terra, existe alguém para produzir a habitação digna e planejar com projetos coerentes, que não seja só um emaranhado de casas, não seja o que infelizmente produzimos na Cidade Tiradentes, não seja o que produzimos na Cidade Adventista. Produzimos um monte de cidades que não são cidades, porque construímos as casas para o povo morar distante dos centros urbanos, onde havia emprego garantido, fazendo agora com que as pessoas se desloquem, aproximadamente, duas horas. Faz algum sentido? Lógico que não.

Portanto, para a reforma urbana sonhada, no nosso processo constituinte ser uma verdade, as estruturas públicas têm de estar fortalecidas para isso. Por isso, o Departamento e as Coordenadorias de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária de Interesse Social para que, de fato, tenhamos projetos com qualidade. Isto é, gente para exigir qualidade nesses projetos, tanto daqueles que vêm apresentar projetos seja para o setor público - quando contrata -, ou daqueles que vão começar a apresentar os projetos para o “Minha Casa, Minha Vida”. Pois também é nossa responsabilidade dizer, para aqueles que vão buscar dinheiro na Caixa Econômica Federal, que tem de haver projeto de qualidade, qualquer que seja a renda. Essas são questões definitivas, para aquilo que queremos para os nossos filhos e para os nossos netos. Senão não é justo. A cidade vai ser sempre bela esteticamente e ótima para se viver para um conjunto desse tamanho? Isso está certo? Não.

Quero focar nessa luta comum. Não há algo que envergonhe mais, qualquer

pessoa, do que saber que do lado ou dentro da sua casa se vive absolutamente desigual e injustamente. É em cima dela que acho que podemos avançar significativamente. Se não conseguimos definir, até hoje, de maneira clara, um pedaço de solo – que é de uma empresa pública, esse é um caso emblemático e precisamos usar espaços emblemáticos.

Sei que estão apresentadas, em cima da mesa, diversas outras áreas e que teremos de ter a mesma coragem que tivemos aqui, de colocar o dedo nessas áreas. Se a área estiver contaminada, se gastará dinheiro com a descontaminação. Vai fazer o quê? Se a área estiver contaminada, existem condições de requalificá-la? Então, vamos fazê-lo. Vamos colocar na ponta do lápis quanto é isso, porque senão alguém pagará para fazer outro uso. Ou alguém tem dúvidas disso? Ninguém.

Estamos dizendo que há uma oportunidade única de aproveitar um projeto que está dando certo com comunidade organizada, como há em Heliópolis. O povo pode definir novas regras para o seu modelo de cidade, que tem escola. Não foi o Heliópolis que construiu o seu próprio CEU? Não é de lá isso? Todos os outros receberam o CEU pronto, não foi isso? O projeto estava pronto e era instalado. O único CEU em que a população definiu como ia ser é o de Heliópolis. Vocês decidiram como seria. Tanto é que ele é diferente de todos os outros. Ótimo que assim o seja, isso mostra um avanço significativo e não precisa ser tutelado.

Quem está dizendo que numa área seria construída uma grande indústria, com 400 mil metros quadrados – aproximadamente -, onde sabemos que o emprego está muito próximo, porque se tivéssemos muita habitação e pouco emprego, poderia dizer que não dá para fazer habitação ali. Sabe por quê? Porque o emprego está muito longe.

Quanto tempo as pessoas levam da comunidade do Heliópolis até o centro de São Paulo? Tendo o Expresso Tiradentes, o Paulistano ou o Fura-Fila – qualquer nome que é dado a ele -, sejam os trilhos do metrô, que lá chegou. Então, existe uma facilidade muito grande, em 18 ou 25min se está no centro empregador. A tendência natural dessas áreas, que se qualificam por investimento público, é ser apropriado por aqueles que vão pegar esse benefício

público e erguer habitações para aqueles que não precisam desse investimento.

Portanto, pegamos todos os benefícios urbanísticos, todos os benefícios do dinheiro público lá investido e faz lajes para bacanas viverem. Precisamos fazer essa inversão, dizer que lá não pode ser assim e que não teremos nenhum *shopping*, nem aqueles apartamentos gigantes, como os de São Caetano e Santo André – o Espaço Cerâmica, muito bonito. Sabe quando conseguiremos comprar ali? Nunca. E está na mesma distância. É verdade.

Então, faço uma sugestão para aceitar o desafio colocado pelo Dito. Esta Casa é o palco das mudanças, porque aqui a lei tem de ser aprovada para produzir justiça, não para ser letra de lei e só. Não para ser letra de lei e só. Primeiro, assumimos o compromisso de que quando tivermos a nossa unidade, não vou deixar de brigar pelos que não a tem ainda. Esse é o primeiro princípio. Se todos pactuarmos com isso, vocês terão mais um para brigar e defender vocês, como tenho feito com alguns Movimentos que estão conosco.

Quero desafiar para que comecemos a fazer isso desde logo. Por quê? No final de 2011, conseguimos publicar no *Diário Oficial*, próximo de 3,5 milhões de metros quadrados, de ZEIS que não cumpriam a função social em razão da investigação do cadastro feito pela Prefeitura e que deu aos proprietários 60 dias para se manifestarem. Manifestaram-se? Em sua grande maioria, não. Só que, depois da ausência de manifestação, o proprietário pagaria o dobro de IPTU, por dois fatores. Se ele estiver realizando a retenção especulativa, quer dizer, não vou colocar as ZEIS à disposição da sociedade ou porque quero mudar o zoneamento – sou mau caráter mesmo -, quero uma ZM - 3 ou 2. Então, estou prejudicando todo o conjunto da sociedade ou então, estou esperando outro benefício, porque como não quis fazer habitação nos últimos dez anos, não é agora que vou fazer. Agora que está para mudar as regras de zoneamento da Cidade, para que vou mudar? Aguardei dez anos, não fiz nada, me escondi, não disse.

Por isso, este é o momento preciso para pressionar, porque senão, esses que

passaram 10 anos se escondendo, vão ter todas as condições que tiveram lá atrás para escrever o direito do protocolo. E aí tirar muito do que o Movimento foi lá e escreveu.

Penso que uma das questões que a gente precisava tirar – é algo amplo mesmo, deste partido, da moradia, do partido da cidade justa – é que nós não vamos esmorecer uma vírgula em cada ZEIS que já foi lançada, em cada um desses perímetros. Porque atrás dele tem um proprietário que não quis, nesses 10 anos, a Cidade justa.

Porque é só assim que a gente vai conseguir encontrar essas outras áreas, que o Dito falou, a Graça falou, o Maksuel falou, do caderninho, que nos vai permitir encontrar outros, mas não vamos abandonar aqueles que a gente já tinha definido. Senão a gente dá um prêmio para quem nos enganou até agora. Passou 10 anos nos encanando e agora a gente larga isso de lado.

Então, é com esse entusiasmo que quero chamá-los a este compromisso da reforma urbana completa, de termos estruturas públicas para fazer isso, ter o compromisso dos técnicos, como aqui mostraram para a gente, e mostraram mesmo. Mas ter também a dimensão do que está na nossa mão e aí, convidá-los para essa gigantesca batalha.

Tem outro lado nisso sim, outro lado que não quer isso, senão a gente fica achando que somos todos nós estamos querendo e não tem ninguém como adversário. E se tem adversário a gente só vai vencê-los se construirmos essa unidade de todos do Movimento Popular, do Movimento de Moradia, organizados e aqueles que sonham em estar do nosso lado, que ainda não têm essa condição de organização, estarmos absolutamente de mãos dadas. Na garantia de quando faltar casa para um faltou casa para todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. _____ - Sem palavras. Primeiramente quero agradecer a você, Vereador, por ter nos acolhido, por ter aberto a porta desta Casa e do seu gabinete para que o Movimento organizado pudesse trazer a sua proposta de transformação na sociedade e na sua comunidade.

O Movimento Sem Teto do Ipiranga e os outros movimentos aqui presentes, sempre estarão com você nessa luta, que é a luta da função social da propriedade e a de localizar terrenos em lugares onde dá para construir moradia digna.

Sei de coração que nesse tempo que nos conhecemos viramos amigos, de fato, você vai estar junto com o Movimento, independentemente da sigla, da bandeira partidária, vai estar defendendo o povo, porque esse realmente precisa para conquistar os seus sonhos.

Vamos dar continuidade.

Gostaria de passar a palavra aos companheiros de mesa para fazer as considerações finais da nossa audiência pública. Já estamos cansados, já sabemos do nosso dever, da nossa missão, que é continuar aqui na Casa brigando com a ajuda dos outros movimentos que vieram: o Dito, a Graça, a Sandra, a Nair, que vieram e estarão conosco na luta. Foi muito importante estar dentro do debate.

Gostaria de passar primeiro a palavra para a Bete para suas considerações finais. Depois, sucessivamente, para a gente terminar nossa audiência de hoje.

Muito obrigado.

A SRA. BETE – Só parabenizando novamente, agora com os auspícios das gloriosas falas dos nossos colegas como o Dito, questões super importantes que eles levantaram em relação ao Plano Diretor e do Netinho também. Penso que essas coisas são super fundamentais, mais controle de ZEIS, que foi o que não aconteceu, todo mundo protocolou e essa questão da qualidade.

Eu pareço meio chata com isso, as pessoas dizem que não é importante a qualidade da construção, da habitação. É um absurdo. Não é porque as pessoas são de baixa renda que têm de morar nesses tipos que o Netinho falou, não vou nem criar polêmica.

Construir boa habitação como foi feito em Paraisópolis, Heliópolis, e tantos outros lugares, é construir cidade. As pessoas se orgulham de morar bem em lugares bonitos, cuidam dos seus lugares e ficam cada vez mais cidadãos paulistanos.

Penso que isso é uma grande briga, viu Police, que no novo PDE tem de ter a questão da qualidade da habitação. Essa coisa de BNH já era. A ditadura militar acabou em 1980 e a gente continua seguindo esse modelo BNH. Não, não e não. Isso não é construir cidade.

Parabéns. Espero que vocês saiam mais fortalecidos daqui e continuem até aprovar o PL, o PMH e continuem na luta com os outros companheiros das outras áreas carentes.

Realmente fiquei feliz em estar aqui e ver os meus colegas de luta do Movimento Moradia. (Palmas)

A SRA._____ - Quero agradecer por ter sido convidada e dizer que é tão bom ver essa união, Dito. Creio que em todos esses anos não vi a gente falando a mesma língua. Quando digo a gente, digo movimentos falando a mesma língua.

Fico feliz e torço para que hoje tenha se iniciado uma nova história, não só para Heliópolis, mas para o Ipiranga. Realmente, como você disse, Dito, nós precisamos construir uma nova história em habitação no Ipiranga.

Para isso, todos os movimentos, Celeste, Unas, MSTI, e todos outros que não quero cometer erro de esquecer de mencionar, mas fico muito feliz. Torço para que vocês cada vez mais consigam entender que o objetivo é o mesmo, ou seja, melhorar a qualidade de vida da nossa população. Esse é o objetivo maior desses movimentos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. SILVIA – Gostaria de cumprimentar todos, parabéns por essa luta, que isso seja um grande passo de vocês, vamos conquistar esse espaço, poder construir muitas moradias e uma nova cidade também.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. CANDELÁRIA – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, a convite do Maksuel, dos outros movimentos. Parabenizá-los por essa plateia tão cheia, não só aqui, mas no outro auditório também.

Esse projeto de lei é fundamental para a Cidade. Que vocês possam buscar nos Vereadores outras iniciativas como essas, tão importante para nós. Um abraço, boa noite a todos. (Palmas)

O SR. _____ - Agradeço o convite e não tivemos tempo de ampliar a nossa mobilização porque ficamos sabendo muito em cima da hora, mas vamos para lá porque é importante para a nossa região fazer esse debate, pois temos tido uma carência muito grande de viabilização de terrenos na nossa região. São duas preocupações porque a gente sabe há uma força atrativa de puxar todos os projetos para Heliópolis até pelo peso da favela, da comunidade de Heliópolis, que hoje não é mais uma favela como era na década de 80, mas é um bairro construído com muitas mãos, com muita luta dos movimentos de lá, e as outras regiões, principalmente, a região do Jardim São Savério, Vila Morais, aquela parte ali, na região do Ipiranga há mais de 30 favelas e todas precisam de atendimento, pois há muitas famílias morando e vivendo em situação de risco.

Há situações de despejo e reintegração de posse, como a situação daquelas famílias que estão na região da Caixa D'água na área da Sabesp e que está com uma ameaça real de reintegração de posse, pois são mais de 300 famílias ameaçadas de despejo e de remoção e há também um conjunto de projetos que está em andamento, inclusive, as favelas e as ocupações no entorno do Jardim Celeste, que precisa de terras para viabilizar o seu perímetro e o atendimento do projeto de urbanização daquela região. Fora as famílias sem-teto que há anos se reúnem.

Lá no Ipiranga nosso movimento se reúne na Sudeste, são dez grupos que se reúnem há mais de 30 anos para lutar pelo seu direito à moradia. Conquistamos o Jardim Celeste e não conseguimos dar um passo para além do Jardim dada a dificuldade de viabilizar terras na nossa região, daí acabamos indo morar no Iguatemi, no São Francisco, na zona Leste, aqui no Centro, porque não conseguimos viabilizar outros projetos na nossa região.

O nosso desafio é como avançar o projeto de Heliópolis, viabilizar a terra não só

para o projeto de urbanização de favela, mas também para as famílias sem-teto que pagam aluguel em Heliópolis, que são muitas pessoas, que moram inclusive em cortiços dentro de Heliópolis, como também viabilizar outros terrenos para atender famílias sem-teto também na região do Ipiranga e Jabaquara. Esse é o desafio da nossa unidade e da viabilização de terra.

Estamos aqui desafiando os nossos Subprefeitos do Ipiranga para que possam levantar terrenos para que possamos pressionar a Prefeitura do Prefeito Haddad para que possamos incluir tudo no Minha Casa, Minha Vida e construir um grande projeto habitacional na nossa região. Viva a luta pela moradia. Vamos levantar terrenos.

A SRA._____ - Nós temos um grande quantidade de mulheres que lutam. Já montamos mutirões com caderneta e papel na mão, com fichinhas especializadas para todas as pessoas saírem de rua em rua mapeando os terrenos. Não vamos perder nada dessa vez e vamos fiscalizar tudo aqui no plenário. Os 55 Vereadores que nos aguardem, porque nós vamos fazer barulho. Reforma urbana já.

A SRA. SANDRA – Quero fazer um agradecimento especial ao Maksuel e ao nobre Vereador Police por esse momento especial e a todos os companheiros que vieram prestigiar essa audiência pública. Quando nós nos reunimos todos os meses eu digo para vocês terem confiança e essa luta é nossa porque queremos moradia digna.

O SR. LUIZ HENRIQUE GIRARDI – Antes de mais nada, agradeço a iniciativa do nobre Vereador Police Neto e do Maksuel. Eu fico muito feliz de estar assistindo isso. Muitos dos que estão aqui até outro dia estávamos Conselho Municipal de Habitação e acho que é uma instância importante e precisamos valorizar. Não precisamos nem do Conselho. Eu gostaria que os outros representantes dessa Casa também estimulassem isso. Os especialistas dessa questão e agradeço a Elisabete França que tanto brigou por capacitação interna para os técnicos da Prefeitura.

Muitas das pessoas que estão aqui batalham e militam nessa questão há 30 anos e temos Plano Diretor, Constituição, enfim, temos uma democracia que está querendo

desabrochar, mas como vi numa das plenárias a discussão do Plano Diretor, infelizmente, o Governo ainda não usou os instrumentos que definem a função social da propriedade. A legislação que está aqui, que o nobre Vereador Police encaminhou, é recente, sequer vingou e estamos falando de instrumentos que vem de 2001.

Estamos falando das ZEISs e é muito importante entendermos isso. Hoje infelizmente não tem coisa pior para um técnico que milita na área de habitação verificar uma ZEI que foi reservada como maior patrimônio para poder ser utilizada para habitação de interesse social e não se atinge. Isso é muito sério, mesmo com o programa Minha Casa, Minha Vida nós temos construções sendo utilizadas como habitação de interesse social, mas que, através dos mecanismos de mercado, mesmo com o Minha Casa, Minha Vida vai atingir no máximo seis salários, não atinge a faixa que interessa, que é de zero a três.

O nosso povo tem renda, morador que mora em Heliópolis tem renda, a única coisa é que ele não consegue ter acesso à moradia, não adianta nada você ganhar mil se para você ter acesso à moradia precisa ganhar quatro ou cinco mil. Não existe nenhum lugar hoje na Cidade em que um cidadão normal, o trabalhador, pode financiar a sua moradia. São questões fundamentais e precisamos encarar isso de frente.

Isso pode ser discutido aqui nesta Casa. Vocês que há 30 anos buscam essa questão com argumentos e as questões técnicas, porque precisa passar por isso, pelo Plano Diretor, a legislação e tudo o mais. Outra coisa: conseguir envolver o mercado privado. Temos duas situações hoje, ou melhoramos a renda do nosso trabalhador que poderá assumir um financiamento, esse seria o encaminhamento normal de qualquer pessoa, ou então, temos de ter subsídios que cheguem até esse trabalhador. Porque hoje as contas não fecham, não existe nenhum financiamento que chegue até ele e ele também não tem a renda suficiente para isso. Isso precisa ser discutido.

Enquanto isso nós vamos ficar brigando - não é exatamente enxugar gelo porque toda a luta floresce com algum produto - mas isso é muito importante. Estamos falando do

Plano Diretor, para que se mudem certas regras que se têm hoje, até a questão do protocolo, mas precisamos encarar e diagnosticar claramente qual é o nosso problema. Tenho certeza de que todo mundo sabe a Cidade que quer. Como é que conseguimos fazer para atingirmos a Cidade que queremos e é uma discussão séria que envolve todos os poderes constituídos para que consigamos fechar essa conta, porque mesmo com os programas que estão aí, mesmo com a vontade da iniciativa privada, alguém falou aqui que existe um mercado reprimido enorme. Tenho certeza que hoje se o empresário pudesse construir para quem tem baixa renda e pudesse financiar, não precisaria de nada disso, simplesmente estaria construindo e buscaríamos um financiamento na Caixa ou em algum lugar. Isso não acontece e é para isso que estou chamando a atenção de vocês para que, talvez, junto com os representantes do povo dentro do Legislativo discutir isso, para que pudéssemos ter propostas objetivas para mudar, nem que demore, mas que tenhamos um caminho, passo a passo até chegar lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Para suas considerações finais, Vereador Police.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Agradeço a oportunidade que vocês estão dando à Câmara de São Paulo. Não existe representação legislativa, parlamento que ao se distanciar de seu povo constitua legitimidade no que se aprova. Um princípio básico da lei é que ela seja legítima, a população ter o desejo por ela. E durante muito tempo fomos construindo leis que surpreendiam a população: Nossa! Também tem lei para isso.

Lei que surpreende o cidadão não é lei que foi feita com a participação dele, portanto, há uma tendência natural de não dar certo. É aquele chavão de lei que pega e lei que não pega. A lei que não pega é a lei mal feita, porque é feita longe do olhar atento e da participação importante da população. O dia de hoje pode marcar um pouco essa mudança, que foi um esforço muito grande feito no ano de 2002, em conseguir enxergar as áreas em que de fato se podia ter habitação para a população que mais precisava, mas acho que está faltando do que o nosso Subprefeito falou. Falta o elemento que ao associar uma coisa com a

outra dá concretude e, portanto, a população não se sentirá enganada, porque algo que nos machuca muito é imaginar que fazemos todos os esforços e no final ninguém mais confia em ninguém, porque a habitação não acontece. A população tem um descrédito na liderança, a liderança tem o descrédito no Poder Público constituído, seja Vereador, seja Deputado, Senador, Prefeito ou Governador. E tudo dá errado.

Ou resgatamos essas relações e a partir delas temos a certeza que a mudança está em curso, ou esmorece aquilo que é chamar a nossa Cidade de uma sociedade, porque há gente aqui que está preocupada sim com a diferença que há entre o rico e o pobre. Há gente interessada sim em tirar algo que o Prefeito Haddad anunciou. Precisamos enfrentar esse muro da vergonha que faz com que tenhamos cidades muito distintas, mas como fazer isso sem envolver a sociedade de fato?

Então o principal convite e aí é em forma de agradecimento, a consideração final é agradecer vocês que estão aceitando esse desafio depois de 20, 30, 40 anos. Acho que isso nos dá uma garantia, mas nos impõe uma responsabilidade, o tempo hoje é nosso adversário, porque muitos dos que não veem é porque não acreditam no que fazemos. Não acreditam no que eu faço como Vereador. Não acreditam no que cada uma das lideranças realiza no comando daquela organização. Os técnicos em descrédito, porque o que você fala não acontece, o que eu escrevo não acontece.

Então há uma necessidade desse pacto pela Cidade justa. Não vou contar que o meu esforço foi maior, por isso suei mais, mas vamos poder comemorar junto, como estamos fazendo hoje, os passos que damos. Quero comemorar sim, as intervenções feitas pelo UNAS, Dito, Graça e Maks, porque sei que na realização deles vêm a garantia de muitos outros para lutar, que nem organizados são. Gente que espera a solução para quem está muito organizado, porque os que não estão organizados terão uma dificuldade muito maior do que os que aqui conseguiram se reunir.

E essa perspectiva do tempo que falo de novo: é nosso adversário sim. Temos

pouco tempo para resgatar o que chamamos de crédito, credibilidade, garantia de que seremos capazes de fazer a transformação. E se falta um de nós, já que não somos muitos, o Estado de São Paulo tem 11,3 milhões e contamos no dedo as 30 lideranças que estão engajadas de fato. Sabemos o quanto o povo sofrido participa todo mês ou toda a semana de reuniões, para dizer o seguinte: estamos juntos. E já tem filho, neto e continua junto.

Então temos pouco tempo e nesse pouco tempo vamos ter de saber as nossas estratégias de curto prazo, porque quando elas se materializam dão energia para a gente continuar lutando. Quando enxergamos que algo aconteceu, esse é um elemento fundamental para todos irem naquele sentido.

Quero falar na nossa simplicidade, colocar o nosso pequeno mandato à disposição de vocês. A gente é tinoso, estuda, põe a bola no lugar correto, gosta de ver a sociedade se movimentando. Por isso a lei da função social da propriedade, a regularização fundiária de interesse social, o projeto apresentado da Petrobrás e a relação com vocês. Relação destemida. Adoro a crítica, porque a crítica nos faz melhores, se ela é verdadeira, se é de gente que está interessada em fazer melhor, a crítica é ótima. Ela vem para dizer o seguinte: vai um pouquinho mais para lá. Conheço a mais tempo que você, Netinho, portanto, sei como te indicar o melhor caminho, até para você não cair e quebrar o braço e a perna, e aí você vai ficar um tempo no estaleiro e vai perder tempo para fazer a coisa direito.

Então pessoal, é hora de ter esse compromisso. De saber, se o tempo é curto, que todos nós temos de nos ajudar. Então temos de empurrar o UNAS, o MM, quem está na luta tem de saber que todo mundo está empurrando para o mesmo lado, porque se falta tanto para tanta gente não há que dividir um pedacinho desse pão, mas temos de multiplicá-lo. É essa a questão da principal convocação que temos de fazer. Temos de multiplicar nossa capacidade de intervenção e não dividir o resultado que até ontem não nos parecia verdadeiro. E como fazer isso? Envolvimento. Isso faz parte da minha vida como faz parte da vida daqueles que aqui falaram.

Então vamos fazer isso fazer parte da nossa vida, Olga, e aí vamos fazer isso na plenitude. Usem e abusem do nosso mandato nessa plenitude, de verdade, com aquilo que podemos dar de mais real, mas sabendo que temos pouco tempo, porque muitos desconfiam da nossa capacidade de realizar e temos de provar o contrário. E sabemos que com vocês vamos provar o contrário.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE – Estamos chegando ao final da nossa audiência pública que teve a participação muito grande de moradores do Ipiranga e Heliópolis. Primeiramente, quero agradecer a Deus que propiciou que estivéssemos aqui hoje para fazer esta audiência forte, aguerrida, organizada e consciente para que as pessoas saiam daqui com esperança de alcançar seus objetivos.

Hoje foi o terreno da Petrobras, que discutimos dentro do objetivo do projeto de lei do nobre Vereador Police Neto. Abrimos também um novo canal, quando os movimentos e associações se unem dentro de um objetivo os nossos sonhos são alcançados.

Então quero fazer um apelo aos movimentos presentes para criarmos um fórum em Ipiranga e Heliópolis, para discutirmos exclusivamente a questão do terreno da Petrobras e dos outros terrenos que temos na região, para que aqueles terrenos tenham pai e tenham mãe. Para que, como foi esse projeto de lei, nós possamos como movimento organizado encher a Câmara para que possamos novamente aprovar projetos de lei por unanimidade, como foi o projeto 00468, do nobre Vereador Police Neto.

Pegamos a coautoria dos 55 Vereadores porque viemos a esta Casa, conversamos com os Vereadores, enchemos as galerias e mostramos para os Vereadores que o projeto era importante. Então o nosso exemplo tem de ser seguido não no intuito de que o Movimento Sem Teto do Ipiranga é o que mais sabe organizar, que estamos completamente certos e os outros movimentos não sabem. Não. É mostrar para os outros movimentos que esse é o caminho de organização e precisamos dos outros movimentos junto com a gente, para que não só o

terreno da Petrobras seja constituído para moradia de interesse social para as famílias que mais necessitam, mas todos os terrenos da cidade de São Paulo que estão no conceito de ZEIS e não estão sendo utilizados na sua função social. Vamos agarrar essa luta com braços unidos e firmes para alcançarmos nosso objetivo.

Gostaria que nesse momento todos dessem as mãos, por favor, e olhassem para o seu companheiro e falassem assim: eu preciso de você. Aqui é um movimento só. E nós precisamos de moradia, porque quem não luta está morto. E vamos continuar lutando por uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

- A plateia repete as frases do orador.

O SR. PRESIDENTE – Parabéns para todos e boa noite.
